



GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCG)

Sessão 1

Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, “especialistas” “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

Políticas e práticas missionárias: discutindo a atuação missionária evangélica de matriz Norte-Americana

Autoria: Jhéssika Angell Alves e Silva (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande), Mércia R. R. Batista
As missões religiosas, de um modo geral, são agências persistentes nos processos coloniais e pós-coloniais. Através de diferentes perspectivas e formatos, encontramos movimentos transnacionais de missionários cristãos atuando não apenas a partir de uma agenda religiosa, mas também nos campos do desenvolvimento social, econômico, ativismo político, entre outros. Estas agências missionárias, em diversos contextos, ocupam um lugar de destaque no universo do desenvolvimento entre os povos indígenas, uma vez que possuem um vasto acervo de saberes construídos a partir de longos anos de atuação entre estas populações, seja em disputa ou aliança com agências estatais em diferentes situações. Contudo, tais atuações dentro deste universo não acontecem da mesma forma e nem possuem os mesmos objetivos, muitas vezes este acervo de saberes sobre os povos indígenas parte dos interesses específicos das agências. Neste sentido, a proposta deste work é tentar entender as diferenciações que revelam posições nas relações e distanciamentos entre o campo religioso e político. Dentro deste universo, partimos das atuações missionárias que se iniciam na experiência fundamentalista Norte-Americana e que historicamente tem operado em contraposição as missões mais ligadas ao campo ecumênico do desenvolvimento, visto que nos últimos anos estas têm se apresentado no cenário político como uma alternativa para o manejo das populações indígenas. Assim, partindo da atuação da Missão Novas Tribos do Brasil e dos missionários-antropólogos que têm se colocado no campo público de debates no universo das atuações indigenistas, vamos discutir quais bases teológicas, antropológicas e políticas estão compondo este universo.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: